

500 ANOS DO CORREIO EM PORTUGAL

Tal como aconteceu nos mais diversos Estados da Europa, também em Portugal, nos primeiros séculos da nossa nacionalidade, não existiu qualquer sistema organizado de transporte de correspondência colocado à disposição dos cidadãos. De facto, o envio de cartas era uma prerrogativa dos reis e da nobreza que confiavam esta tarefa aos seus escudeiros e moços de estrebaria, convertidos em correios privativos.

Com o desenvolvimento comercial na Idade Média e o aparecimento de uma burguesia mercantil cada vez mais forte, começaram a surgir os correios das Corporações de Ofícios que garantiam a troca de correspondência entre os seus membros, respondendo assim, às necessidades específicas destas classes.

Também a Igreja, espalhada por toda a parte, sentiu a necessidade de montar o seu “correio particular” recorrendo ao prestimoso serviço de monges das ordens religiosas que regularmente andavam de cidade em cidade.

Tanto quanto se sabe, as universidades europeias montaram também os seus próprios correios, com vista a assegurar a troca de informação científica entre algumas delas e, em simultâneo, assegurar a troca de correspondência entre os estudantes e as suas famílias de que se encontravam separados, muitas vezes, por vários anos.

As descobertas e as conquistas portuguesas, iniciadas a partir do século XV, fizeram aportar a Lisboa gentes provenientes das mais diversas paragens, ligadas ao comércio e à navegação, dando à capital uma nova face cosmopolita e de uma fervilhante e intensa vida de negócios.

Portugal, no século XVI, encontrava-se no centro do mundo económico, mercantil e mesmo cultural e a nossa Coroa passou a relacionar-se, mais amiudamente, com outras cortes europeias e com os principais entrepostos comerciais, por força das especiarias, pedras preciosas e ouro que chegavam da Índia, do Brasil e da Mina.

A família real deixava a velha edificação medieval do Paço da Alcáçova, integrada na fortificação do Castelo de S. Jorge e mudava-se com a Corte para o recém-construído Paço da Ribeira, de moderna conceção arquitetónica manuelina. Junto ao rio, da varanda do segundo andar, o rei assistia orgulhosamente à chegada das embarcações com as imensas riquezas vindas de além-mar.

Neste contexto, D. Manuel I, consciente da importância de dotar o país de uma infraestrutura de comunicações que permitisse uma rápida ligação à Europa, bem como ao interior do próprio reino, criou, por Carta Régia de 6 de novembro de 1520, o Ofício de Correio-Mor. Para ocupar o cargo foi nomeado Luís Homem, cavaleiro da Casa Real que, por diversas vezes, havia já cumprido a missão de levar correspondência régia a várias capitais da Europa.

Como 1.º Correio-Mor do reino, Luís Homem ficou incumbido de organizar um serviço público de Correios em Portugal, possibilitando que qualquer cidadão, mediante o pagamento de uma determinada importância, tivesse o direito de enviar as suas próprias correspondências.

A Carta Régia, emitida na cidade de Évora, detalhava um conjunto de obrigações a que o Correio-Mor se encontrava vinculado, nomeadamente, residir na cidade de Lisboa e fazer-se substituir por pessoa da sua confiança em caso de ausência. Deveria ainda providenciar para ter os correios necessários para responder aos serviços requisitados pelo rei ou pelos particulares; encaminhar e agasalhar o seu pessoal; ajustar com os interessados os portes das correspondências, segundo as distâncias e a rapidez da entrega; e, ainda, disponibilizar cavalos de posta nos lugares mais convenientes para uma boa eficácia do serviço.

Nos primeiros tempos, os correios encontravam-se embrionariamente organizados, não tendo, por vezes, dias certos de expedição porque dependiam das solicitações dos cidadãos. Na prática, os serviços continuavam quase exclusivamente vocacionados para satisfazer as necessidades do poder ou dos muito esporádicos pedidos de mercadores ou outras corporações de ofícios.

O transporte do correio era feito a pé e a cavalo, de acordo com as distâncias a percorrer. Os percursos apresentavam-se difíceis e perigosos e, não raras vezes, infestados de malfeitores. Deste modo, os *Correios* (assim eram designados os portadores das cartas) estavam autorizados a usar espada ou punhal, de noite e de dia, para defesa pessoal e do correio que transportavam.

Com a institucionalização do Correio em Portugal iniciava-se a primeira dinastia postal, que foi constituída por quatro Correios-Mores de nomeação régia. Desta forma, a partir de 1520, foi dado o primeiro passo para o estabelecimento de uma das mais importantes infraestruturas que se revelaria imprescindível ao desenvolvimento do país.

500 anos de atividade postal não são 500 anos dos CTT.

A sigla CTT foi pela primeira vez criada em 1936 através da Portaria n.º 8:517 de 28 de agosto de 1936, promulgada pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Joaquim José Andrade e Silva Abranches.

Todavia, mudando-se embora o regime político, a denominação, a propriedade pública ou privada, o escopo e a abrangência dos serviços postais ou de telecomunicações, ninguém poderá negar que a espinha dorsal desta atividade sempre foram os seus trabalhadores e dirigentes operacionais.

Foram estes que ao longo dos séculos e através das modificações estruturais garantiram a permanência do conhecimento específico das operações postais, a proximidade aos portugueses e a concretização da missão nobre que lhes competia.

Desta forma não parece descabido, muito pelo contrário, que a atual empresa CTT Correios de Portugal S.A. se considere herdeira legítima do labor de Luis Homem, na extensa linha de correios-mores reais e de superintendentes de correio das Repúblicas ao longo destes 5 séculos.

Assim aconteceu na Europa onde o legado do barão Thurn und Taxis na Baviera foi padrão da criação dos correios públicos por todo o lado.

Efetivamente, são os Operadores Postais históricos que comemoraram ou se preparam para comemorar esta importante efeméride dos 500 anos do correio nos seus diferentes países.

E em Portugal os CTT não foram exceção.

Com a inestimável colaboração do Arquivo Nacional Torre do Tombo (que alberga alguns dos manuscritos FUNDADORES DO OFÍCIO) e da Fundação Portuguesa das Comunicações, organizaremos uma Mostra destes 500 anos de correio no nosso país, com uma exibição iconográfica e documental que permita ao visitante ter uma ideia deste percurso de 5 séculos ao longo da história do país e mostrando como o “fazer correio” foi sempre acompanhando a evolução natural da nossa sociedade, tanto do ponto de vista político e social como de desenvolvimento científico e industrial.